

EDITORIAL

Mobilizações e paralisações históricas na Rede Metodista

A paralisação das atividades docentes e o ciclo de reuniões e assembleias realizadas de outubro a dezembro integram o mais longo e contundente processo de mobilização desde o início da crise da Rede Metodista.

Movidos pela indignação com as pendências salariais e pela falta de perspectivas, os professores do IPA paralisaram suas atividades e foram seguidos pelos colegas do IMEC e do IMC, que estrearam nesta forma de luta. Os professores do IEM já haviam feito uma longa paralisação em julho e voltaram a se mobilizar com a realização de várias assembleias.

O que aconteceu, em se considerando a tradição de luta dos professores que há muito tempo caracteriza o IPA e o IMEC, era previsível, tendo em vista o agravamento das pendências salariais e a absoluta incapacidade dos gestores da Rede, o que se evidenciava a cada pagamento parcial, seguido de comunicados artificiais, cheios de invocações da pandemia como responsável exclusiva pela crise.

As paralisações foram o último recurso encontrado pelos docentes e tiveram um resultado e um efeito positivos, o que se demonstra pelos pagamentos parciais feitos ainda ao final do ano.

As greves nas três instituições metodistas no Rio Grande do Sul tiveram também o efeito de motivar, finalmente, a demissão – por parte da Igreja Metodista – dos dirigentes da Rede, a partir da percepção de que eram incompetentes e passivos frente à crise, a qual, mês a mês, vinha se agravando.

Cumprе destacar no processo de mobilização e negociação, primeiramente, a disposição anímica dos professores que participaram das paralisações, acatando as decisões das assembleias, registrando, desta forma, sua inconformidade com o que vinha acontecendo, e reivindi-

cando uma nova postura das instituições na relação com os seus docentes.

Em segundo lugar, cabe registrar a acolhida do Judiciário Trabalhista, que, no âmbito do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas – Cejusc, não poupou esforços na sequência de nove audiências, as quais resultaram em uma proposta e um compromisso da Rede pelo equacionamento das pendências.

O Sindicato registra e reitera a avaliação positiva de todo o processo de mobilização, destacando, mais uma vez, que os professores das instituições metodistas não assistem, nem aceitam impassíveis a derrocada do projeto educacional metodista no estado e no país.

Manifestamos nossa convicção de que os resultados, para além da mudança dos gestores da Rede, foram os possíveis nas circunstâncias vivenciadas no conturbado final de 2020. Aliás, no dia 2 de dezembro, a Direção do Sindicato teve a oportunidade de se reunir com a nova direção do Conselho de Administração da Rede Metodista – Consad. Os gestores foram pródigos em promessas de transparência, diálogo e negociação.

É necessário enfatizar, por derradeiro, que a crise das instituições permanece e que o volume das pendências continua aumentando, e que sua quitação dificilmente advirá dos recursos operacionais. Será preciso, portanto, que a Igreja, mantenedora efetiva das instituições e do projeto educacional metodista, disponibilize recursos patrimoniais para saldá-las.

Novas lutas e novas mobilizações serão necessárias para a garantia dos direitos salariais e rescisórios dos professores e ex-professores das instituições, para o que é fundamental que se mantenha a sua disposição protagonista dos docentes, a perspectiva de ações e soluções coletivas e a referência organizativa indispensável do Sinpro/RS.

Falta de diálogo agravou crise no Americano

No Colégio Americano, de Porto Alegre, a falta de diálogo foi um agravante da crise. No começo do ano, os professores já haviam paralisado durante o período das atividades de planejamento e só iniciaram as aulas com a promessa de pagamento dos salários em dia a partir de fevereiro.

Contrariando as expectativas, o salário de março já veio parcelado, o que se juntou à suspensão das aulas presenciais decorrente da pandemia e ao aumento exponencial das demandas de trabalho.

Nessa circunstância, os professores decidiram reduzir as atividades síncronas e não atender às demandas administrativas e pedagógicas por vários meses. Além das pendências salariais, a instituição vinha reduzindo unilateralmente a carga horária de alguns professores, alegando, equivocadamente, que as medidas do governo para manutenção de emprego e renda não podiam ser aplicadas a professores horistas.

Ocorreram assembleias a cada início de mês, e todas as tentativas de diálogo não surtiram efeito, em contraposição a um emaranhado de promessas não cumpridas e cobranças cada vez maiores de trabalho e atividades aos professores.

Na Assembleia do dia 3 de novembro, os professores decidiram paralisar suas atividades face o tensionamento crescente e a perda das esperanças.

A paralisação foi parcial, com adesão inicial de 60% dos professores participantes da assembleia. A direção da escola fazia promessas aos pais, mas não dialogava com os professores, distorcendo informações e sem comprometimento com a busca de solução.

O movimento foi marcado por muita pressão da coordenação sobre os professores, inclusive, com a substituição de grevistas. Essa iniciativa foi questionada pelo Desembargador Francisco Rossal de Araújo nas tratativas desenvolvidas no Cejusc/TRT4.

Ocorreu que, no começo de dezembro, os 50% do salário de novembro tiveram o desconto dos dias parados, o que acirrou ainda mais os ânimos dos professores, gerando um impasse momentâneo nas tratativas.

Depois de muitas negociações, foi construída uma proposta de acordo no TRT4 para a restituição dos valores descontados. A proposta, depois de muita ponderação e discussão, foi aprovada em Assembleia no dia 11 de dezembro, assim como o retorno às atividades docentes.

Mobilização no Instituto Centenário

No Instituto Metodista Centenário, a Assembleia foi marcada a partir da solicitação de um grupo de professores contrariado com o reiterado recebimento de contracheques que não correspondiam aos efetivos depósitos em conta corrente, o que se somava ao descaso da instituição. A expectativa era de diálogo em busca de propostas objetivas. Como nas demais instituições, desde abril vinha sendo pago apenas 50% dos salários.

Como em outras unidades da Rede, além das pendências salariais, a instituição vinha reduzindo unilateralmente a carga horária de alguns professores sob a mesma alegação equivocada de que as medidas do governo para manutenção de emprego e renda não podiam ser aplicadas a professores horistas.

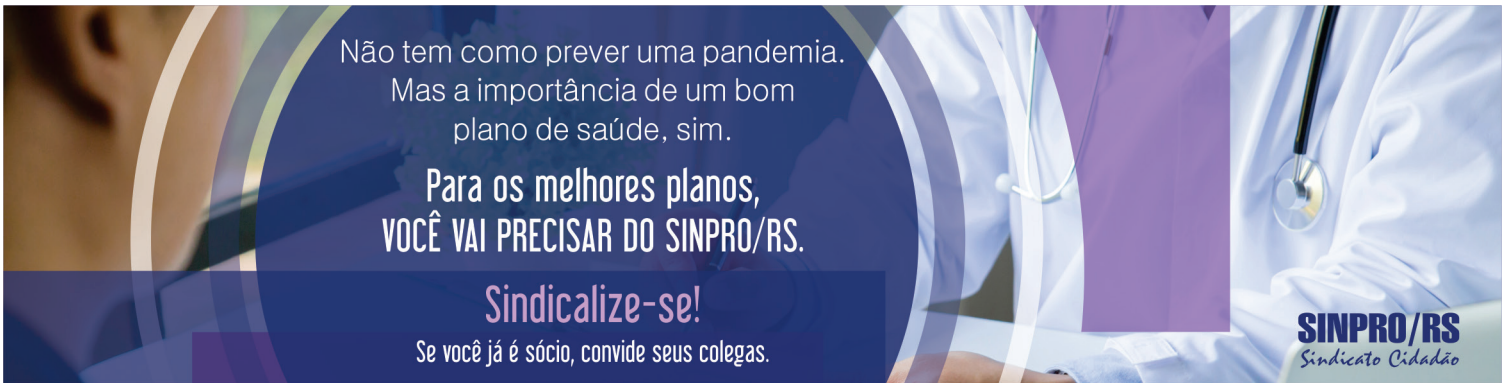
Na Assembleia do dia 26 de outubro, os professores presentes decidiram, por unanimidade, parar as atividades do Colégio e da Faculdade. No Colégio, a adesão foi praticamente 100%, fazendo com que a coordenação tomasse a decisão de suspender as atividades por uma semana. Depois desse período, a cobrança e as

ameaças se intensificaram e o movimento se fortaleceu pelas manifestações nas redes sociais e na imprensa.

Na Faculdade, a adesão inicial foi parcial, mas à medida que o movimento era compreendido e ganhava apoio dos alunos e da comunidade, os professores de alguns cursos, que não haviam participado da Assembleia, acabaram aderindo posteriormente, o que resultou em uma semana de quase total paralisação da instituição.

A paralisação no Instituto Centenário surpreendeu a comunidade, que não sabia do pagamento parcelado dos professores.

A partir da mudança dos gestores da Rede Metodista e da sinalização de pagamentos de 70% do salário, os professores do Colégio e da Faculdade deliberaram, na Assembleia do dia 20 de novembro, voltar às atividades, mas limitando o número das aulas síncronas e o atendimento às solicitações administrativas pedagógicas. Em dezembro, aderiram ao acordo proposto pela negociação mediada no Cejusc/TRT4, em Porto Alegre.



Não tem como prever uma pandemia.
Mas a importância de um bom plano de saúde, sim.

**Para os melhores planos,
VOCÊ VAI PRECISAR DO SINPRO/RS.**

Sindicalize-se!
Se você já é sócio, convide seus colegas.

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

A paralisação no IPA

Após a realização de um ciclo de assembleias sem decisões mais contundentes, a Assembleia dos Professores do Centro Universitário Metodista – IPA, no dia 21 de outubro, decidiu por ampla maioria dos presentes paralisar suas atividades em repúdio à sistemática de pagamento de apenas 50% dos salários mensais e pela reivindicação de regularização do pagamento dos salários correntes.

Até o dia 8 de dezembro, foram 49 dias de paralisação, parcial no conjunto do corpo docente, porém total em alguns cursos, o que motivou apoio e uma pressão continuada dos estudantes sobre a Reitoria em busca de uma solução para o impasse.

Passadas as primeiras duas semanas da paralisação sem que houvesse de parte da Reitoria e da gestão da Rede Metodista qualquer iniciativa de diálogo ou negociação com o Sindicato dos Professores, o Sinpro/RS ajuizou Pedido de Mediação Pré-processual no Tribunal Regional do Trabalho – TRT4. Seguiram-se, a partir da primeira audiência no Cejusc, órgão coordenado pelo Desembargador Francisco Rossal de Araújo, vice-presidente do Tribunal, mais oito encontros.

O empenho do Sindicato e do próprio Judiciário sempre foi pela construção de uma proposta que representasse melhoria no montante de salário que vinha sendo pago, bem como um compromisso com o equacionamento de todas as pendências.

A primeira proposta foi rejeitada pela Assembleia do dia 24 de novembro, justamente por representar uma evolução inexpressiva em relação ao que estava sendo praticado.

A segunda fase das negociações foi antecedida pela

Foto: Divulgação



demissão dos gestores da Rede em São Paulo, ocorrida no final de novembro.

Nas tratativas subsequentes, a parcela dos salários correntes evoluiu para 70%, acresceu-se o compromisso de pagar mais 1/8 das pendências de 2019 e o pagamento de 1/3 constitucional de férias no prazo legal, além do compromisso formal de realização de reuniões quinzenais com o Sindicato em nome da transparência das informações sobre a realidade do IPA e das demais instituições metodistas no RS.

Como garantia para a quitação das pendências, os representantes da Rede ofereceram dois terrenos nas imediações do Instituto Educacional Metodista – IEM, em Passo Fundo, com a alegação enfática de que o seu valor supera o montante dos salários devidos.

Na Assembleia dos Professores do dia 8 de dezembro, com participação largamente ampliada pelos docentes que não haviam aderido à paralisação, a proposta negociada com o Sindicato e chancelada pela Justiça do Trabalho foi aprovada e encerrada a paralisação.

A primeira greve no IEM

No Instituto Educacional Metodista – IEM, de Passo Fundo, o movimento grevista começou a partir da segunda assembleia, quando, em junho, os professores não haviam recebido os salários integrais desde abril. Além das pendências salariais, a instituição também vinha reduzindo unilateralmente a carga horária de alguns professores, alegando que as medidas do governo, para manutenção de emprego e renda, não podiam ser aplicadas a professores horistas. Alegação claramente falseada.

Diante desse quadro, os docentes decidiram paralisar as atividades em nova assembleia, no dia 1º de julho. O IEM, de todas as instituições metodistas do Sul, é a menor, empregando, na ocasião, 27 professores, dos quais 21 aderiram ao movimento. A decisão surpreendeu a comunidade escolar, que não tinha conhecimento da situação da instituição, e que, apesar de algumas distorções publicadas nas redes sociais pela direção da escola, posicionou-se favoravelmente aos professores, com apoio da imprensa local e do Ministério Público.

No final da primeira semana de paralisação, a insti-

tuição pagou o saldo do salário de abril, 50% da folha vigente. A paralisação, no entanto, continuou na expectativa da integralização de todas as pendências ou, pelo menos, da proposição de um calendário para tal.

Ante o prolongamento da paralisação, cresceu a pressão das famílias e da direção da escola com a ameaça do corte dos salários dos grevistas. Com a intervenção e mediação do Ministério Público, na pessoa da Procuradora Martha Diverio Kruse, a partir do dia 31 de julho, depois de muitas negociações, foram pagas, no final de agosto, as pendências existentes até o mês de julho, o que motivou na ocasião o encerramento da paralisação em 4 de setembro.

Em decorrência deste histórico de mobilização, os professores decidiram, em Assembleia no mês de outubro, por uma estratégia de mobilização menos conflituosa, limitando o número das aulas síncronas, o não atendimento de solicitações administrativas e pedagógicas. Na Assembleia em dezembro, os docentes aderiram ao acordo proposto pela negociação mediada no TRT4, em Porto Alegre.

Iniciativas judiciais do Sindicato

O Sinpro/RS tem garantido o direito contratual dos professores da Rede Metodista, através do ajuizamento de ações coletivas encaminhadas ao Judiciário, quando evidenciado o não cumprimento de normas contidas na legislação trabalhista e/ou nos instrumentos coletivos firmados pelo Sindicato.

No último período, mais de 30 (trinta) ações coletivas foram ajuizadas pleiteando o pagamento dos salários, férias, décimos terceiros salários, bem como as multas decorrentes do não pagamento dentro do prazo previsto dos referidos objetos, além de ação específica objetivando o pagamento dos valores devidos a título de FGTS dos professores, e também verbas rescisórias dos docentes despedidos pelas instituições.

Muito embora as ações ajuizadas pelo Sinpro/RS estejam transitando com êxito, é sabido que a efetivação do recebimento dos valores devidos aos professores ocorrerá dentro dos prazos do Judiciário, ou seja, após o julgamento de todos os recursos decorrentes da legislação trabalhista.

Deflagrada a última paralisação dos professores, restou claro que apenas o ajuizamento de uma ação coletiva pleiteando as diferenças salariais devidas em de-

corrência do procedimento irregular praticado pela Rede Metodista não traria a efetividade necessária ao cenário experimentado pelos docentes.

Por tal razão, o Sindicato buscou assegurar a máxima efetividade para a solução do problema apresentado, através de um pedido de mediação pré-processual, junto ao Tribunal do Trabalho da 4ª Região, expediente em que foram realizadas 9 (nove) audiências de mediação, presididas pelo Vice-Presidente do TRT4, Dr. Francisco Rossal de Araújo.

Como resultado dessa mediação, o Acordo aprovado pelas assembleias de professores foi submetido à homologação do Judiciário, através de ação ajuizada em conjunto, pelo Sinpro/RS e pelas instituições que integram a Rede Metodista, a qual tramita na 19ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS, sob o número 0021040-47.2020.5.04.0019.

O Sindicato continuará envidando todos os esforços para garantir os direitos trabalhistas dos professores, mantendo-se atento aos procedimentos praticados pela Rede Metodista, visando à atuação necessária, frente às demandas apresentadas pelos docentes.

Assessoria Jurídica do Sinpro/RS

Misturar ideologia com vacina mata, destrói a economia e liquida com os empregos.

Muitos países já iniciaram a imunização e o governo Bolsonaro não tem nem sequer um planejamento sério.



DEIXAR O BRASIL NO FIM DA FILA É CRIME!
#VacinaParaTodos,JÁ!

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

Sinpro/RS Av. João Pessoa, 919 - Porto Alegre/RS - 90.040-000

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

| | |
|------------------------------|---------------------------|
| () Ausente | () Endereço Insuficiente |
| () Não existe o nº indicado | () Recusado |
| () Desconhecido | () Outros (Especificar) |
| () Mudou-se | |

Visto: / /